

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.278 - MT (2019/0302316-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ROMULO BEZERRA PEGORARO
ADVOGADO : ROMULO BEZERRA PEGORARO - MT0238710
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : IGOR FERNANDO OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de IGOR FERNANDO OLIVEIRA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, do delito inscrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fl. 65).

Segundo a acusação, o paciente foi flagrado em posse de 1kg (um quilograma) de maconha (e-STJ fl. 65).

Impetrado prévio *writ* na origem, o Desembargador relator indeferiu o pedido liminar (e-STJ fls. 59/63).

Dá o presente *writ*, no qual alega a defesa a violação ao direito à não incriminação (e-STJ fl. 33).

Assere ser ilegal a utilização injustificada de algemas pelos policiais militares (e-STJ fl. 39).

Aduz a nulidade da audiência de custódia em razão de terem sido realizadas perguntas com intuito de produzir provas (e-STJ fl. 45).

Acrescenta que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente carece de fundamentação idônea (e-STJ fl. 48).

Acrescenta ser desnecessária a custódia cautelar, já que se revelariam adequadas e suficientes medidas diversas da prisão (e-STJ fl. 53).

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente. Pleiteia o reconhecimento da nulidade integral do auto de prisão em

Superior Tribunal de Justiça

flagrante. Eventualmente, pleiteia a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa e o reconhecimento da nulidade da audiência de custódia (e-STJ fl. 57).

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação contida na impetração no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

No caso, o decreto de prisão destacou, entre outros fundamentos, que *"foi apreendida expressiva quantidade de entorpecentes, tratando-se de 1000,86kg (um quilograma e oitenta e seis centigramas) de [...] maconha"* (e-STJ fl. 65), circunstância que, neste juízo perfunctório, evidencia a necessidade da segregação cautelar como forma de garantir a ordem pública.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator